

Josete Dubiaski da Silva<sup>1</sup> | Maria Aparecida da Silva<sup>2</sup>

Meninos brincando - Candido Portinari - 1955 - óleo sobre tela

# Gênero e Educação

Pretendemos fazer uma breve reflexão sobre as relações entre gênero e educação e quiçá contribuir para discussões em torno desse tema tão importante no interior da escola, da família, do partido político e outros espaços sociais. Nos parece fundamental enfatizar as relações entre gênero e educação, uma vez que o espaço escolar, além de trabalhar com currículo escolar, os conteúdos e os métodos, é responsável pela construção de significados e conseqüentemente de identidades de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, num contexto que se afirma econômica e culturalmente como globalizado.

## UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO FRENTE À GLOBALIZAÇÃO:

Na década de 90, entra em cena com força total “a globalização, normalmente descrita como maiores interdependências econômicas, culturais, ambientais e sociais e novas formações financeiras e políti-

cas transnacionais, que surgem da mobilidade de capital, mão-de-obra e informações, com tendências homogeneizadoras e diferenciadoras”. (Blackmore, 2004, p. 91)

Afirma Blackmore (2004) que a globalização ausenta a questão de gênero das discussões, centrando-se enfaticamente nas dimensões econômica, política, cultural e estética. Cita ainda que, nos Esta-

dos de língua inglesa, independente de seu nível educacional, as mulheres ainda estão em desvantagem no mercado educacional, estando estas e as minorias étnicas e raciais, no âmbito local das responsabilidades e execução, enquanto que no ‘centro forte’ há predominância de uma classe média profissional anglo-saxônica e masculina. Lembra ainda que, num momento de reestruturação da produção aos novos pa-



drões econômicos e conseqüente processo de desindustrialização, homens bem sucedidos perdem vagas de status e gerência. Diante desse quadro, a prestação de serviços entra em cena, passando a ser cada vez mais feminilizada.

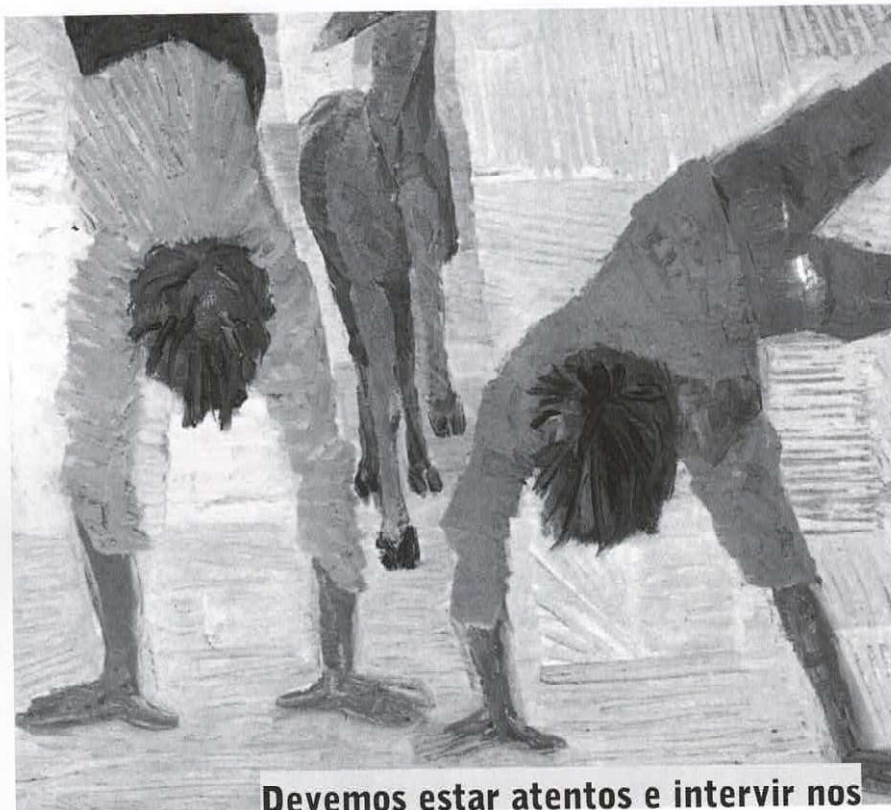
Nesse sentido, disseminou-se globalmente um discurso de crise da masculinidade, que parece reforçar a competitividade ao invés de promover a busca pela igualdade e solidariedade entre homens e mulheres.

Para Frigotto (2000, p. 12) os processos de globalização ou universalização sempre foram uma busca do ser humano, portanto, sua positividade ou negatividade não se definem por si só, mas pelas relações sociais construídas historicamente. Para ele, a globalização é, atualmente:

"(...) em sua essência, a busca de recompor as perdas do capital. É, também, nesse sentido uma revanche contra as conquistas sociais da classe trabalhadora. O ideário da globalização, em sua aparente neutralidade, cumpre o papel ideológico de encobrir os processo de dominação e as relações imperialistas do capital e a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, do trabalho precário e do aumento da exclusão social".

A luta das mulheres, diante do processo de globalização, vem tomando novos rumos, muitos países passaram de uma configuração de Estado liberal Keynesiano<sup>3</sup> ou de Bem-Estar-Social para uma nova configuração onde o Estado encontra-se cada vez mais próximo e aliado ao mercado, o que muitas vezes desvirtua e resignifica (à direita!) as reivindicações dos grupos minoritários. Algumas reivindicações históricas das mulheres passam a ser "atendidas", não pelo reconhecimento de sua cidadania, mas porque convém ao mercado que as mulheres sejam uma nova fonte de produção, via trabalho terceirizado, flexibilidade de contratação, trabalho voluntário na empresa e horário mais "flexível". Muitas vezes, as mulheres são convidadas a trabalhar em casa para, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos.

Nesse processo de globalização, o Estado nacional é enfraquecido ou secundarizado, cedendo o controle político e econômico aos organismos internacionais de financiamento, como Banco mundial e FMI



**Devemos estar atentos e intervir nos discursos e ações que, ao contrário do reconhecimento da diferença para a busca da igualdade, enfatizam a diferença para a subordinação de uns em relação aos outros, disseminando e reforçando as desigualdades**

(Fundo monetário Internacional). As multinacionais e transnacionais expandem seus espaços e invadem os países periféricos em busca de mão-de-obra barata e legislação trabalhista flexível ou praticamente inexistente. Harvey (2003, p. 146) nos apresenta um relato sobre a atuação das transnacionais no México, o que evidencia como as reivindicações das mulheres são assimiladas pelo capitalismo e utilizadas em favor da acumulação do capital:

"O programa maquiladora, que permite que administradores e a propriedade do capital norte-americano permaneça ao norte da fronteira mexicana, enquanto se instalam as fábricas, que empregam principalmente mulheres jovens, ao sul da fronteira, é um exemplo particularmente dramático de uma prática que se tornou generalizada em muitos dos países menos desenvolvidos e recém

industrializados (as Filipinas, a Coreia do Sul, o Brasil, etc)".

No regime de acumulação flexível<sup>4</sup>, temos não apenas mudanças nos modos de produção, como também nas formas de gerenciar o trabalho e as relações capital X trabalho. A produção em massa cede lugar à produção conforme a demanda, o que exige, por sua vez, um outro perfil de consumidor, a ser moldado pela mídia; o controle sobre os trabalhadores, exercido anteriormente pelos gerentes, passa agora às mãos dos próprios colegas, nos trabalhos em equipe, onde os operários são responsáveis pelo cumprimento coletivo de determinadas metas; as estratégias de organização administrativa baseadas no taylorismo são aperfeiçoadas com técnicas "mais sofisticadas" de Qualidade Total, com ênfase na meritocracia, no individualismo



lismo e na competitividade.

Os sindicatos mais combativos no período fordista (o número de trabalhadores reunidos nas fábricas era um dos fatores que possibilitava melhor organização sindical) é atacado com obstáculos para a organização dos trabalhadores, através de variadas estratégias, como cooptação, redução de salários, demissões, inovações organizacionais e tecnológicas para a maior eficiência no controle do trabalho, etc.

Uma das maneiras encontradas pelo capital para ofuscar as relações de classe e reduzir a intervenção dos sindicatos, foi resgatar o trabalho doméstico:

"A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional". (Harvey, 2003, p. 146)

Sobre o papel das mulheres no mercado de trabalho, visando a crescente acumulação do capital, destaca ainda o mesmo autor:

"Os efeitos são duplamente óbvios quando consideramos a transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho. Não apenas as novas estruturas de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar da subcontratação permite o resurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa." (p. 146)

Nogueira (2003, p. 66) destaca que as reivindicações e pressões dos diversos grupos que defendem a valorização e o reconhecimento dos direitos das mulheres, levou a condição feminina a constituir tema obrigatório na agenda internacional da ONU – Organização das Nações Unidas – sendo incorporada nos eventos realizados a partir da década de 70. Num dos eventos, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing (China, 1995), firmou-se a noção de direitos das mulheres como direitos humanos, reconhe-

ceu que raça e etnia são fatores de desigualdade e discriminação, enfatizou a igualdade entre os gêneros na esfera econômica e recomendou que fossem dedicados recursos adicionais a programas de promoção de igualdade entre os gêneros.

Quanto à educação, é bastante claro nesta conferência, o caráter prioritariamente econômico atribuído à educação da mulher. A educação da mulher é compreendida como "uma das prioridades-chave para o desenvolvimento econômico", o que foi anteriormente levantado na Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, 1990.

O Brasil, um dos países a assumir os compromissos firmados nas conferências internacionais, encontra-se "no 53º lugar no índice mundial de igualdade entre os gêneros e, considerando o contexto Latino-Americano, ocupa o 6º lugar, ficando atrás do Uruguai, da Argentina, da Venezuela, do Chile e da Colômbia" (Petersen, 1997 apud Nogueira, 2003, p. 67)

Estudos recentes de Nogueira (2003, p.71) revelam que ainda são altos os índices de analfabetismo feminino (principalmente entre mulheres adultas). Essa exclusão é reforçada quando se alia o fator gênero ao fator racial, entre as mulheres negras o problema estende-se para todas as idades.

Devemos estar atentos e intervir nos discursos e ações que, ao contrário do reconhecimento da diferença para a busca da igualdade, enfatizam a diferença para a subordinação de uns em relação aos outros, disseminando e reforçando as desigualdades. Nesse sentido, a participação de homens e mulheres para a construção de políticas públicas que visam a melhor distribuição da riqueza (econômica, intelectual, cultural e científica) produzida por todos e a democratização das relações sociais de gênero, nas diferentes instâncias da vida humana, faz-se cada vez mais exigente.

### GÊNERO NÃO É SINÔNIMO DE SEXO FEMININO OU MASCULINO!

"O gênero é um aspecto fundamental da auto-imagem de cada um e os seres humanos devem ter o poder de expressar seu próprio gênero, em reconhecimento de sua au-

tonomia interna, seu caráter insubstituível e de sua dignidade humana essencial." (Alessandra Sampaio Chacham, 2002)

Partindo do pressuposto teórico de que gênero diz respeito à construção social do sexo e que, portanto, está ligado às significações que definem o que é ser homem ou mulher nas diferentes sociedades e culturas, supera-se o determinismo biológico presente em formulações teóricas anteriores. Assim, aprendemos a ser homens e mulheres nos diversos grupos sociais em que estamos inseridos, ou seja, na família, na escola, no trabalho, etc.

Meyer (2001) nos ajuda a refletir sobre as relações de gênero numa visão mais ampla:

"Gênero, então, enfatiza a construção relacional do sexo e a organização social dessa construção, entendendo que ela é uma construção que é histórica e que precisa ser entendida a partir de sua articulação com outras categorias sociais como classe social, raça/etnia, geração, religião, para citar algumas das mais importantes. A noção de poder que está presente nessa relação, introduz aí a dimensão de conflito, uma vez que as mulheres e os homens não são apenas mulheres ou apenas homens, mas são muitas outras coisas ao mesmo tempo, o que significa dizer que não existe uma essência de mulher ou de homem e nem a possibilidade de uma solidariedade dada a priori, a partir de uma única posição, neste caso, a partir da posição de gênero." (p. 32)

A partir dessas reflexões percebemos o grau de complexidade que envolve a discussão de gênero. O que não implica na negação da anatomia, compreendendo que biologicamente temos corpos sexuais. Entretanto, não podemos colocar a anatomia como causa e explicação para as subordinações e desigualdades, que na verdade são geradas pelas relações de classe presentes em nossa sociedade.

"Gênero não é sinônimo de sexo (masculino ou feminino), mas corresponde ao conjunto de representações que cada sociedade constrói, através de sua História, para atribuir significados, símbolos e características para cada um dos sexos."<sup>5</sup> Vale destacar aqui que diferença não é sinônimo de desigualdade, segundo Auad (1998), diferenças não são faltas, carênci-



as ou pontos negativos, são apenas diferenças.

Segundo Alessandra Chacham (2002):

"a noção de identidade de gênero trata do senso interior que um indivíduo tem do seu próprio sexo, de como essa pessoa responde à pergunta: sou um homem, uma mulher ou algo inteiramente diferente? Esta identificação com o gênero feminino ou masculino não depende do sexo cromossômico, da genitália, do sexo designado ao nascer ou pelo papel de gênero (se masculino ou feminino) desempenhado inicialmente."

A diferença, numa sociedade pautada pelo ideal neoliberal, será utilizada para acentuar o individualismo e enaltecer o mercado. A diferença, tomada para justificar a desigualdade, nesse caso, favorece a competição, a livre concorrência, a busca pelo "mais forte", a briga pelo poder (de status, de consumo, de condução dos relacionamentos homem/mulher e outras relações), além da atribuição de valor ao sujeito como se este fosse também uma mercadoria, características importantes para a manutenção da ordem capitalista.

Em se tratando das mulheres, a desigualdade em relação aos homens não é uma atribuição biológica, mas é construída socialmente e através também das relações de classe.

Dados atuais revelam que, embora as mulheres tenham ampliado seu nível de escolaridade, o mercado de trabalho continua a excluí-las.

Pesquisas de caráter comparativo, revelam ainda que homens e mulheres com o mesmo nível de escolaridade tem remuneração diferenciada, "além de ganharem menos, 82,3% das mulheres em idade ativa (25 a 29 anos) têm ao menos um filho, o que as obriga a uma dupla jornada de trabalho."

"A partir da consolidação do capitalismo, existe a idéia de que ocorre uma divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito." (Nobre e Faria, 1997, p.10)

Essa é uma das idéias que justifica o

fato de que, ainda hoje, a maior parcela do magistério seja feminina, basta ver os dados da CNTE<sup>7</sup> sobre o perfil da categoria, 83% são mulheres. Durante muito tempo o magistério, principalmente nas primeiras etapas ou séries do ensino fundamental, foi incentivado às mulheres por se disseminar a idéia de que é uma atividade tipicamente feminina, uma extensão do papel de mãe, não raras as vezes em que ouvimos de algum pai ou mãe de aluno ou aluna, que somos a segunda mãe.

Uma pesquisa sindical, lançada pelo IBGE revela que, embora as mulheres constituam aproximadamente 42% do mercado de trabalho e sejam responsáveis pelo sustento de 1/3 das famílias no Brasil, são as mais atingidas pelo desemprego e pelo crescimento do setor informal da economia.

Quanto à organização da mulher enquanto trabalhadora, a mesma pesquisa mostra que esta tem uma participação sindical inferior à sua inserção no mercado de trabalho, seja nos quadros de associados ou na diretoria dos sindicatos. Quando faz parte da direção sindical, em geral, está nas funções que hierarquicamente exigem menor poder de intervenção ou decisão.

As desigualdades são ainda mais acentuadas quando permeadas pela interseção racial: "As famílias chefiadas pelas mulheres negras são as mais pobres do País, muitas inclusive abaixo da linha da pobreza. A renda dos domicílios chefiados por mulheres negras é 74% inferior à renda dos domicílios chefiados por homens brancos."

A escola é uma das instituições que tem uma função formativa, portanto, lugar onde circulam e são produzidos significados do mundo em que vivemos, envolvendo relações de poder e tomando verdades que regulam, controlam e normalizam as relações sociais e, contraditoriamente, possibilitando aos sujeitos que reflitam sobre sua condição na sociedade, o que pode promover transformações sociais importantes. Nesse sentido, esse é um espaço de disputa de diferentes concepções de sociedade, de homem, de política, de poder.

O caráter formativo da escola é outro aspecto importante a ser analisado, uma vez que, nesse espaço, produzem-se também identidades sociais. O domínio da escola pelos grupos hegemônicos da sociedade, tem levado essa instância a centrar

suas ações em processos e mecanismos de homogeneização, nivelando ou suprimindo diferenças, obviamente sustentados por uma concepção de mundo, de homem e de sociedade, historicamente, dos grupos hegemônicos cultural, intelectual e economicamente.

A partir desse pressuposto e entendendo a escola também: "como um importante espaço de aprendizagens específicas e diferenciadas que não podem ocorrer em outros locais [...] (p.31, Meyer), faz-se necessário uma breve discussão sobre o currículo. Entendido como instrumento construtor social e histórico, articulado às relações de poder que refletem e constroem concepções de mundo, produzindo identidades sociais.

As propostas curriculares podem ser entendidas também como:

"um conjunto amplo de ensinamentos proporcionados aos estudantes, ao longo do seu processo educativo, que envolvem experiências cognitivas, afetivas e sociais, as quais favorecem determinadas práticas, culturas e linguagens, enquanto excluem ou subordinam outras" (Carin Klein, 2001, p.35)

Assim, o currículo pode garantir um salto de qualidade nas discussões sobre gênero no interior da escola, ou, ao contrário, reforçar e reproduzir as desigualdades presentes na sociedade.

Ao entender a importância das discussões curriculares no sentido de questionar não só os conhecimentos que perpassam pelo interior da escola, mas a desigualdade de que os mesmos ajudam a manter, percebemos a dimensão do papel dos profissionais da educação, no sentido de superar a prática educativa sexista. Louro (1997) aponta alguns elementos que nos ajudam a refletir:

A sociedade vive um momento histórico eferescente: discussões sobre sexo e sexualidade, o aumento das relações afetivas e sexuais fora do casamento formal, maior visibilidade dos homossexuais e bissexuais, a ocupação por mulheres em setores que antes restringiam-se aos homens, a revolução das formas de comunicação, etc.

Todos esses aspectos atravessam o cotidiano da escola e da sala de aula, onde diferentes sujeitos trazem consigo diferen-



tes saberes, comportamentos e valores.

As professoras e professores, precisam estar atentos a este momento de grandes transformações e perceber que a observação e o questionamento são instrumentos imprescindíveis para uma prática educativa não sexista. Cabe a nós, professores, nos compreendermos como intelectuais, no sentido gramsciniano<sup>9</sup>, e portanto com uma ação política cotidiana, voltada a formação de outros intelectuais, homens e mulheres, capazes de intervir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É preciso aprofundar estudos sobre relações de gênero, com o entendimento de que vivemos numa sociedade extremamente marcada pela divisão de classes, superar as políticas curriculares que reforçam a hierarquia e a desigualdade e envolver os diversos sujeitos que atuam no espaço escolar, a fim de que possam refletir sobre os atuais arranjos das relações de gênero.

A partir dessas reflexões, fica evidente que as práticas educativas precisam romper com preconceitos e proporcionar momentos de discussão, devidamente fundamentada e orientada, para que se compreenda que a diferença não pode ser hierarquizada e transformada em desigualdade.

- 1 Professora na Rede Municipal de Educação de Curitiba, dirigente do SISMMAC – Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba, graduação em Biologia e Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico, pela UFPR.
  - 2 Pedagoga na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, dirigente do SISMMAC – Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba, Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico e Mestranda em Educação, pela UFPR.
  - 3 Tipo de política econômica em que o Estado intervém de maneira considerável na economia, instituindo previdência, saúde e educação públicas, leis de amparo ao trabalhador, etc. Esse tipo de economia foi inspirada nas idéias do economista inglês John Maynard Keynes, no intuito de salvar o capitalismo na crise mundial dos anos 30.
  - 4 De acordo com Harvey (2003), podemos afirmar que a acumulação flexível "envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento (...) criando um vasto movimento no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. É caracterizada pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo", pela descentralização da produção, permitindo assim o que
- conhecemos por terceirizações, sendo que estas são possibilitadas também pelo avanço tecnológico.
- 5 Auad, Daniela. Formação de professoras, relações de gênero e sexualidade: um caminho para a construção da igualdade. In: Cadernos de Educação. Ano III, nº 10 – 1ª edição – dezembro/ 1998.
  - 6 Jornal Folha de São Paulo, 13 de junho de 2003, p. 08.
  - 7 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Foram entrevistados 4.656 pessoas que trabalham em escolas de 10 Estados brasileiros, inclusive o Paraná.
  - 8 Caderno do 8º CONCUT (Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores), realizado de 2 a 6 de junho de 2003, em São Paulo.
  - 9 O intelectual orgânico é uma categoria de Antonio Gramsci. O professor, como intelectual orgânico, compreende a natureza específica do seu trabalho nas dimensões política e pedagógica. Nesse sentido, assume o compromisso político com a classe trabalhadora e com os projetos coletivos que ampliam suas possibilidades de organização e intervenção na sociedade. Para aprofundar essa categoria, ver: GRAMSCI, Antonio. Caderno 12. Apresentação comentários e revisão da tradução de Paolo Nosella, universidade Federal de São Carlos, 1989.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUAD, Daniela. Formação de professoras, relações de gênero e sexualidade: um caminho para a construção da igualdade. IN: Cadernos de Educação. Ano III, nº 10 – 1ª edição – dezembro/1998.
- BLACKMORE, Jill. Globalização: Um conceito útil para feministas no processo repensar teorias e estratégias de Educação? In: BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto. Trad, Ronaldo Catalgo Costa. Globalização e Educação – Perspectivas Críticas. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- Caderno sindical – 1º seminário – Educação, gênero, raça & classe, realizado em 27 e 28 de maio de 1995, em Curitiba
- CHACHAM, Alessandra Sampaio. Direitos Sexuais, Direitos de Gênero: novos desafios. Palestra apresentada no IV encontro da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, maio de 2002. Artigo publicado no site: [www.politicaspublicas.com.br](http://www.politicaspublicas.com.br)
- Faria, Nalu & Nobre, Miriam. Gênero e Desigualdade. São Paulo: SOF, 1997. P. 10
- FRIGOTTO, Gaudêncio. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira & GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Fragmentos da Globalização na Educação: Uma perspectiva comparada. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 12. Apresentação, comentários e revisão de Paolo Nosella, Universidade Federal de São Carlos, 1989.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 2003.
- KLEIN, Carin. Gênero nas Pedagogias Culturais. In: Gênero, memória e docência (Cadernos temáticos). Porto Alegre: Prefeitura municipal de Porto Alegre – Secretaria Municipal de Educação, 2001.
- LOPES, Luiz Paulo da Moita. Identidades fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: São Paulo: Mercado das Letras, 2002.
- LOURD, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, co-edição CNTE, 1997.
- MEYER, Dagnar E. Estermann. Escola, Currículo e produção de diferenças e desigualdades de gênero. In: Gênero, memória e docência (Cadernos temáticos). Porto Alegre: Prefeitura municipal de Porto Alegre – Secretaria Municipal de Educação, 2001.
- NOGUEIRA, Vera Lúcia. Educação de jovens e adultos e Gênero: Um diálogo imprescindível à elaboração de políticas educacionais destinadas às mulheres das camadas populares. In: SOARES, Leôncio (org.). Aprendendo com a diferença – Estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.